



# GUIA PRÁTICO DE EMENTAS

**Elaborado com base na Resolução 367/2022 do TCE/RO.**

Ementa é o resumo jurisprudencial por meio do qual são divulgadas as teses adotadas nas decisões, conduzindo a uma ideia geral do que a decisão contém. Sua principal função é possibilitar o conhecimento rápido do assunto além de ser um facilitador no trabalho de pesquisa da informação.

## ESTRUTURA DA EMENTA

### **CABEÇALHO OU VERBETAÇÃO**

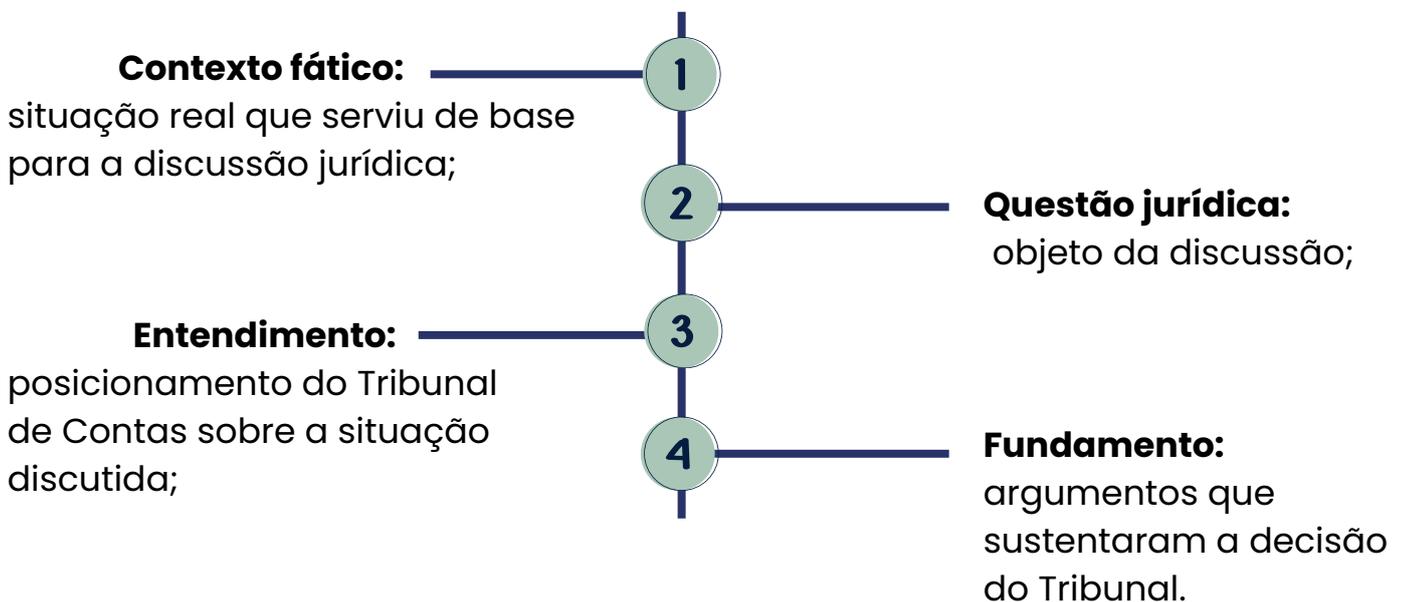
Parte introdutória, composta por sequência de palavras-chave, preferencialmente extraídas do Tesouro Nacional de Contas\*, que indiquem os assuntos discutidos na decisão. Os assuntos devem ser apresentados do termo mais amplo para o mais específico, escrito com letras maiúsculas, separados por pontos. Não deverá conter sentenças.

\*O uso de um vocabulário controlado (TESAURO DE CONTAS) tem o objetivo de uniformizar e padronizar a produção documental para facilitar a recuperação da informação.

## DISPOSITIVO OU ENUNCIADO

É um resumo da tese jurídica que fundamentou a decisão, sendo possível a existência de mais de um dispositivo para a mesma ementa. Deve ser constituído, preferencialmente pelos seguintes elementos:

### ELEMENTOS DA EMENTA



A ementa não deve conter menção de dados identificadores de pessoas físicas ou jurídicas.

### REQUISITOS DA EMENTA

#### Clareza

Deve ter sentido único e ser fácil de interpretar.

#### Concisão

Utilizar apenas palavras essenciais, evitando excessos e elementos desnecessários.

#### Fidelidade

Corresponder com o que foi efetivamente decidido.

#### Precisão

Palavras e expressões com sentido exato, objetivo e simples.

### **Correção**

Escrita de acordo com as regras da língua portuguesa.

### **Condensação**

O conteúdo deve sintetizar a decisão por ela representada.

### **Proposição**

O enunciado deve ser redigido em forma de comando, devendo representar o entendimento do TCE/RO sobre a questão.

### **Coerência**

Construída de forma lógica e harmônica.

### **Seletividade**

Deve evidenciar as principais teses técnicas e/ou jurídicas da decisão.

### **Independência**

O texto deve ser inteligível por si só, dispensando a leitura da íntegra da decisão.

## TIPOS DE EMENTA

### • **SIMPLES**

Contém um enunciado de um único ponto controvertido.

### • **COMPOSTA**

Abrange mais de um enunciado sobre múltiplas teses enfrentadas, dividida em parágrafos por tema.

## **Vejam alguns exemplos:**

EMENTA: CONTRATO. PODER EXECUTIVO ESTADUAL. SEDUC. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE LIVROS. PREÇOS. PARADIGMA. NÃO COMPATÍVEL COM O OBJETO FISCALIZADO. SOBREPREÇO. NÃO CONFIGURADO. ARQUIVAMENTO.

1. Afasta-se irregularidade sobre preço praticado quando verificado que o parâmetro inicialmente utilizado não considerou certas situações que justificaria a diferença, como por exemplo distância considerável entre o mercado do fiscalizado com o mercado paradigma; o fato do preço paradigma ser de contrato entre partes da mesma cidade, dispensando custos operacionais e logísticos para entrega do material contratado; o tempo transcorrido entre os contratos comparados.
2. A comparação de preços para efeito de apontamento de irregularidade deve utilizar parâmetros o mais próximo possível do objeto fiscalizado, sob pena do paradigma não servir de modelo para checagem de sobrepreço.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. **APRECIAR, PARA FINS DE REGISTRO A LEGALIDADE DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL.** ARQUIVAMENTO.

1. Os atos de admissão dos servidores públicos que atenderem aos requisitos da Instrução Normativa n. 13/2004/TCE-RO e do artigo 37, inciso I, da Constituição Federal são regulares, legitimados com a nomeação e posse em cargo público.

**Observação: não deve haver sentenças no cabeçalho.**

FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS. COVID-19. CUMPRIMENTO DE DECISÃO. SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES. ALERTA. DEVER DE CAUTELA. POSSÍVEL AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL E SECRETÁRIO DE SAÚDE. ARQUIVAMENTO.

Informado nos autos que, por ora, o município tem adotado medidas para o fim de combater a pandemia, a medida necessária que se impõe é a expedição de alerta ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde para que, se mantenham atentos e diligentes aos atos necessários ao enfrentamento da pandemia em seu estágio mais avançado, caso surja aumento do número de casos o que, certamente, demandará a execução de outras medidas, além daquelas já indicadas.

EMENTA. FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS. ADMINISTRATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO E SUA INCORPORAÇÃO. VÍCIO DE INICIATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **PREJUDICADA ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA DE INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO EM VIRTUDE DA JUDICIALIZAÇÃO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PENDENTE DE JULGAMENTO NO STF.** DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS. APLICAÇÃO DE MULTA.DETERMINAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1. Comprovada a judicialização de controle de constitucionalidade de norma pendente de julgamento de seu mérito no STF, deve se reconhecer a prejudicialidade de análise de sua constitucionalidade, tendo em vista ser a Suprema Corte Órgão Judiciário máximo do Poder judiciário, com competência para fixar balizas constitucionais;
2. In casu, a Lei Complementar Municipal n. 453/2012, foi declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, sendo a Decisão objeto de recurso perante o STF, o que impõe a esta Egrégia Corte de Contas considerar como prejudicada a análise de legalidade da norma que disciplinou a Gratificação de Incentivo e sua Incorporação, no intuito de se evitar julgamento contraposto com aquele que vier a ser proferido pelo STF.
3. Restou, toda via, comprovado no decorrer da instrução processual o não-atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à Decisão do Tribunal de Contas, o que por consectário, impõe a aplicação de sanção, ante a violação ao inciso IV, do art. 55 da Lei Complementar 154, de 1996. Determinação, imputação de multa. Arquivamento.

**Observação: não deve haver sentenças no cabeçalho. O cabeçalho deve conter palavras-chave (verbetão)**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a ementa jurisprudencial desempenha o papel de resumir de maneira concisa e clara as teses fundamentais das decisões do TCE-RO, sendo essencial adotar padrões técnicos e metodológicos na documentação das teses técnicas e jurídicas. Isso se revela de suma importância devido à relevância atribuída à pesquisa da jurisprudência para identificar os precedentes que respaldam as teses estabelecidas pelos tribunais.